

Vozes de mulheres migrantes e *experts* sobre programas educativos na Espanha

Voces de mujeres migrantes y expertos sobre los programas educativos en España

Voices of experts and migrant women on educational programs in Spain

[Maria dos Remédios Rodrigues](#) 

Destaques

Mulheres migrantes e *experts* criticam educação não-formal oferecida pelas ONGs.

A falta de oportunidades e de capital social distancia a mulher migrante da formação emancipatória.

Programas educativos oferecidos enfatizam o subemprego (serviços domésticos, cuidado de idosos) e reproduzem discriminação.

Resumo

Este artigo objetiva discutir acerca dos programas educativos de instituições voltados à formação da mulher migrante a partir das vozes de mulheres migrantes e *experts* em Sevilha. Desde o enfoque qualitativo, foram realizadas 18 entrevistas. Os resultados foram submetidos à interpretação hermenêutica e discutidos a partir da base de análise interseccional que considera diferentes eixos de desigualdade. Como considerações têm-se que os programas educativos oferecem formação e acolhimento, porém enfatizam uma formação vinculada a ocupações estigmatizadas de subemprego, com algumas exceções. Concomitantemente, se apresentam como espaços de integração, inclusão e intercâmbio.

[Resumen](#) | [Abstract](#)

Palavras-chave

Programas educativos. Mulheres migrantes. Educação não-formal.

Recebido: 09.10.2023

Aceito: 19.08.2024

Publicado: 16.10.2024

DOI: <https://doi.org/10.26512/lc30202451101>

| Introdução

O acesso à formação de mulheres migrantes latino-americanas na Espanha, oferecido pelas instituições, em sua maioria, está associado ao nicho laboral serviço doméstico e cuidado de idosos, vinculado a ocupações estigmatizadas de subemprego. O subemprego constitui-se de atividades em que se inserem mulheres migrantes que não possuem formação e experiência realizada na União Europeia. Nesse tipo de trabalho, que vem sendo abandonado pelas mulheres espanholas, cumpre-se uma longa jornada semanal, quando atuam além da função contratada. Isso significa cansaço físico e mental extremo, que pode causar desânimo e perda de oportunidades de estudo.

Nesse cenário, se fazem necessárias investigações que se aprofundem sobre as formações e contribuam para o acesso das mulheres migrantes a novos postos de formação e trabalho, agregando integração e inclusão social em vez de preconceito e desqualificação. Para Freire (1996) e Rodrigues (2021), no dever de suas demandas, a educação de qualidade crítica se transforma em um elemento político essencial para os processos de visibilização.

Diante do exposto, este estudo objetiva discutir acerca dos programas educativos do Setor Público e do Terceiro Setor voltados ao acolhimento da mulher migrante a partir das vozes de mulheres migrantes e *experts* em Sevilha. Esses programas, em sua maioria, atuam no âmbito da educação de mulheres migrantes.

Para tal, foram analisados dois organismos com sistemas de natureza distintos, mas que atuam em parceria devido à ausência e/ou escassez de oferta educativa de acordo com a demanda, e com uma perspectiva de atuação coletiva na execução de atendimento (Denda et al., 2013; Albuquerque, 2021). Esses processos acontecem simultaneamente entre instituições do Terceiro Setor e do Setor Público.

Nesta investigação, as instituições do Setor Público citadas pelas mulheres migrantes são universidades públicas, escolas, programa de proteção a migrantes, *Servicio Público de Empleo Estatal (Sepe)*, *Sevilla Integra* e *Cámara del Comercio*, em que elas vivenciaram experiências educativas que influenciaram sua formação como migrante. Os *experts* deste setor são dois entre os participantes da pesquisa. Um representa a prefeitura e outro a universidade. Em relação às instituições do Terceiro Setor, as mulheres migrantes procuraram formação e orientação nas seguintes: *Asociación Claver*, *Cáritas*, *Centro Social María Inmaculada*, *Fundación Persán*, *Fundación Cepaim*, *Alianza por la Solidaridad*, *Saros* (movimento religioso) e *Comisión Española de Ayuda al Refugiado (Cear)*. Os *experts* têm relação com as instituições *Fundación Sevilla Acoge*, *Associação Claver*, *Fundación Solidaridad Candelaria* e *Movimiento Por La Paz*.

Em simultâneo, entende-se por Setor Público a parte do Estado que lida com a produção, entrega e distribuição de bens e serviços por e para o governo ou para os seus cidadãos (Lane, 2000). Isso põe em tela o dever do Estado de acolher,

proteger e dar oportunidades às pessoas, otimizar suas vidas, sejam migrantes ou não, mas se sabe que esse dever se encontra no nível e na ordem das leis de cada país (Tejedor Bielsa, 2022). Assim, determinados setores públicos dos países podem ou não atender às demandas, considerando suas políticas migratórias que não são equivalentes entre si, em boa parte. Importante ressaltar que o conceito de Setor Público é controverso, apesar de não ser temática recente, o que não deserta a necessidade de críticas de estudiosos da área por constatarem que o Estado deixa de fazer seu “dever de casa” (Tejedor Bielsa, 2022).

Pajares (2005) localiza os serviços públicos como espaço de informação e assessoria em relação às questões legais, ensino da língua, orientação laboral, entre outras questões. O setor público, como órgão responsável legal pelos gastos com educação para pessoas migrantes, apresenta subsídio semelhante ao seu peso na população total. Isso desmistifica a narrativa de que o governo espanhol gasta muito dinheiro com pessoas migrantes porque, em suma, a lógica de que os migrantes recebem mais do que aportam é uma falácia (Pajares, 2005).

A atenção dispensada à migração faz parte da Constituição espanhola em que o Estado é o responsável pelo atendimento em consulados, por garantir direito a asilo e assistência social (Alemán Bracho, 2011). Os serviços sociais têm a característica de proteger diante de vulnerabilidade e exclusão social, mas isso se aplica aos nativos (Alemán Bracho, 2011). Quando se fala em pessoas migrantes, de acordo com Agrela Romero (2004) e Moreno e Aierdi (2008), os serviços sociais se apresentam como portas abertas para um processo de inserção em/na sociedade e de acesso às políticas sociais em geral, a saber: educação, saúde e acesso ao trabalho, compositores do núcleo duro das políticas públicas.

A presença e a disponibilidade de *experts* em distintos idiomas, pessoalmente ou por via telefônica nos setores públicos, contribui para a resolução do trâmite de documentos com mais fluidez e menos dor migratória, principalmente quando se trata de atendimento às mulheres migrantes (Pajares, 2005; Alemán Bracho, 2011; Romens, 2021), que compõem a lista dos que estão na interseccionalidade gênero e migração, entre outras.

Do ponto de vista do debate conceitual sobre o termo Terceiro Setor, apesar de ser recente, polissêmico e se apresentar estigmatizado, com o passar do tempo, vem se aprimorando nas discussões acadêmicas e sociais (Albuquerque, 2021). Considerando essa conjuntura, denomina-se Terceiro Setor como o conjunto de organizações em prol do bem comum, que são privadas e sem fins lucrativos, com diferentes estruturas organizativas (Botero, 2001). Essas instituições buscam atuação de forma comprometida com os problemas sociais e os direitos humanos, como a migração da mulher.

O universo heterogêneo do Terceiro Setor apresenta como característica uma composição diversificada que envolve: fundações, clubes, associações, Organizações não Governamentais (ONGs). Em sua origem, o papel era apoiar, por meio de ações assistencialistas que, em sua maioria, eram impulsionadas pela igreja católica. Atualmente, o foco dessas instituições está marcado pelo seu

protagonismo e pela amplitude de serviços prestados às pessoas vulneráveis (Martínez Bujan, 2006; Romão, 2020; Denda et al., 2013), caso da mulher imigrante, tema deste estudo.

O Terceiro Setor vivencia e enfrenta, no trabalho desenvolvido, a ausência de continuidade dos serviços prestados por falta de financiamento devido à dependência econômica da Administração Pública para receber recursos anuais que aplicam no desenvolvimento de ações (Denda et al., 2013; Terrón-Caro et al., 2022b). Sabe-se que as ONGs e os ativistas assumem o papel principal e melhor conhecem a organização do trabalho de assistência realizado com os migrantes (Martínez Buján, 2006; Terrón-Caro et al., 2022b). Dito isso, necessitam do suporte econômico para colocarem em prática o acolhimento e a formação.

Ainda segundo Terrón-Caro et al. (2022b, p. 55): “Várias ONGs organizam programas de educação informal e elaboram guias informativas multilíngues para informar as mulheres migrantes”. Essas estratégias tentam atingir um número maior de mulheres que enfrentam o obstáculo do idioma como primeiro desafio ao chegar no país de acolhimento.

O aumento na provisão de bens de serviço e na criação de emprego, na maioria dos países do mundo, além de receberem o reconhecimento por parte do Estado de suas potencialidades ao contribuírem de forma sistematizada à integração e inclusão social e econômica, acabaram colocando essas instituições em condição de interlocutoras e parceiras das políticas públicas (Martínez Buján, 2006; Almeida, 2011; Ferreira, 2012). Contudo, Romão (2010), Montañó (2002) e Cristóvam et al. (2019) criticam essa lógica por entenderem que essas atribuições são deveres do Estado, que deve ter e dar respostas às sequelas da questão social.

Diante da conjuntura descrita acima, materializar a educação torna-se um desafio constante enfrentado pelas mulheres migrantes e pelo Terceiro Setor que, juntamente aos seus ativistas e apesar do seu caráter formativo multidisciplinar e acolhedor, ainda que apresentem fragilidades, veem se constituindo em espaços de aprendizagem e tentam tornar a adaptação menos traumática.

Dito isso, vale ressaltar que este artigo tem interesse na formação da mulher migrante e não no fenômeno migração em si. Para tal, está estruturado em quatro seções. Na primeira situa a integração e a inclusão na sociedade e procura compreender como esse processo se articula na contemporaneidade entre mulheres migrantes e sociedade de acolhida. Na segunda seção descreve-se a metodologia adotada na investigação. Na terceira apresenta as análises realizadas a partir do material empírico selecionado e, na quarta, as conclusões e limitações que apontam para as fragilidades e potencialidades dos programas educativos.

| Integração, inclusão e mulheres migrantes

O Estado tem responsabilidades concretas de prover direitos humanos e democráticos, de proteger vulneráveis face à exclusão social. Posto isso, o horizonte pode ser alcançado de forma amorosa, sem a necessidade de

preconceitos, burocracias e violências. Um dos caminhos para a integração e inclusão social passa pela educação, assim, pessoas aprendem a viver na diversidade e não aceitam as desigualdades como inerentes ao sistema (Freire, 1996).

Para a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2019), a integração é um processo de adaptação mútua entre pessoas migrantes e sociedade de acolhida em que essas pessoas se incorporam à vida social, econômica, cultural e política da comunidade receptora, o que implica em responsabilidades mútuas. Vale lembrar que Schiocchet (2017) é um dos autores que critica a aplicabilidade da terminologia “integração” por entender que carrega em si a perspectiva de análise por meio da lente do Estado-nação, da governança da política, da segurança pública ou, ainda, da assistência e da solidariedade. Nesse sentido, defende o emprego da palavra “encontro” que, para o autor, não apaga a história dos sujeitos ou suas conexões empíricas e simbólicas entre países. No entanto, para este artigo, optou-se pela terminologia “integração”, por ser a nomenclatura utilizada nos programas de formação/acolhimento em questão.

A integração dos migrantes precisa ser prioridade nas políticas públicas, com atenção especial dispensada às mulheres migrantes em função de sua vulnerabilidade (Romens, 2021; Terrón-Caro et al., 2022a; 2022b), uma vez que, de acordo com Almeida (2010, p. 539), “o ser vulnerável é alguém que possui cidadania frágil, que não consegue exercer seu direito à integridade física e psicológica como condição de acesso à plenitude existencial em sociedade”. Ou seja, significa ser ferido, lesado, prejudicado. As recomendações políticas devem estar presentes em lei e vinculadas a distintas áreas (educação, saúde, moradia). No entanto, é válido lembrar que a integração só é produzida quando a pessoa migrante compõe a parte ativa do processo bidirecional (Castellanos Claramunt, 2019), o que depende da vontade política de ambos.

O termo “inclusão” significa acesso a oportunidades com dignidade às pessoas migrantes em nome de sua condição (OIM, 2019), que, por si só, já pode ser considerada uma desvantagem, pois a mudança de vida acontece em condições variadas. Então, a inclusão é um processo para além da integração, que exige enfoque que responda à diversidade das necessidades e favoreça práticas culturais que proporcionem o ser cidadão (Castellanos Claramunt, 2019; Hiroko et. al., 2022). A participação em atividades de distintos grupos sociais pode proporcionar aos indivíduos o sentimento de pertencimento e estabelecer conexões. Em virtude dessa situação, possibilita adotar e compartilhar novas ideias e novos conhecimentos (Alenius, 2016; Freire, 1996) e, conseqüentemente, ampliar seu capital social.

A condição de estar na interseccionalidade mulher migrante precisa ser lembrada pelos serviços sociais, pois se encaixa em uma dupla dimensão que acarreta uma série de variáveis (Méndez-Fierros & Hlousek Astudillo, 2023). Destarte, aplicar a interseccionalidade como sensibilidade analítica imprime uma forma de pensar sobre as similitudes e diferenças que estão conectadas com o poder por se tratar de um processo de descobrimento que desvela a complexidade e a contradição da

realidade (Crenshaw, 2019; Collins & Bilge, 2021). Em meio a essa situação, sua identidade social e, por que não dizer, migratória vai se constituindo.

Os programas educativos disponibilizados pelos dois tipos de instituições que apareceram nas narrativas das mulheres migrantes e *experts* nesta pesquisa ofertam formação interna, com trâmites burocráticos, formação profissional, integração laboral e assistência jurídica, e têm como público maioral mulheres migrantes; além de formação externa, com atividades culturais e mobilizações em espaços públicos da cidade na busca pelo reconhecimento da sociedade e por agregar pessoas à luta.

| Metodologia

Este estudo utiliza metodologia de abordagem qualitativa e aplica duas técnicas de indagação que serão descritas a seguir, para compreender os programas de formação do Setor Público e do Terceiro Setor planejados para as mulheres migrantes que dão forma à sua trajetória em Sevilha. Como seres humanos, contamos histórias de vida individuais e coletivas que constituem as identidades ao se configurarem como fatores importantes das ações (Connelly & Clandinin, 1990; Sfar & Prusak; 2005). Assim, as vozes das mulheres migrantes e *experts* exprimem autoridade por narrarem o que é específico da história de determinada pessoa e/ou situação.

Foram realizadas 18 entrevistas: 12 biográficas narrativas, com mulheres migrantes latinas residentes na cidade há mais de dois anos; e seis semiestruturadas, com *experts* atuantes na área há mais de dois anos em Sevilha. O acesso aos participantes ocorreu a partir da participação da pesquisadora em atividades de formação realizadas pelas instituições, de indicações de *experts*, de mulheres migrantes e de pessoas conhecidas. Às mulheres, considerou-se diferentes perfis: paridade de nacionalidade, nível educativo, idade, motivo da migração, estado civil, maternidade; aos *experts*: nativos, migrantes, paridade de gênero, Terceiro Setor, Setor Público. As pessoas entrevistadas assinaram uma declaração de confidencialidade e receberam pseudônimos.

Os dados foram coletados a partir de roteiros com temas relacionados aos objetivos da investigação, formulados após revisão da literatura e submetidos à interpretação hermenêutica crítica gadameriana e ricoeuriana, e discutidos a partir da base de análise interseccional (Crenshaw, 2019; Akotirene, 2019; Collins & Bilge, 2021), com finalidade de investigar as significações atribuídas pelos participantes aos fenômenos.

O roteiro da entrevista narrativa se estruturou em torno de cinco dimensões: identidades, trajetórias educativas, experiências pessoais e afetivas, gênero e migração, seção livre. O roteiro das entrevistas semiestruturadas foi elaborado com cinco dimensões, a saber: trajetória profissional, descrição da instituição, espaço formativo, gênero e migração – cultura e interseccionalidade, e livre. Os roteiros são semelhantes na estrutura e nas questões, mas se diferenciam no objetivo cerne. Para as mulheres migrantes, foi o processo educativo e, para os *experts*, foi

a oferta educativa. O intuito de ouvir vozes dos dois grupos foi acessar pontos de vistas diferentes sobre os programas de formação, ou seja, de quem educa e de quem é educado. As Tabelas 1 e 2, a seguir, apresentam os perfis dos entrevistados.

Tabela 1

Perfil das mulheres migrantes entrevistadas

Pseudônimo	Instituição (frequentada)	Nacionalidade	Ocupação	Nível educativo
Adelfa	Universidade	Brasileira	Investigadora	Ensino superior
Azahar	<i>Claver</i> Universidade	Colombiana	Desempregada	Ensino superior
Azaléa	Nenhuma	Brasileira	Empreendedora	Ensino médio
Bouganvilla	<i>Claver</i> Cáritas Programa de proteção a migrantes	Hondurenha	Faxineira	Ensino superior
Calêndula	Nenhuma	Nicaraguense	Garçonete	Ensino fundamental
Camélia	Universidade	Uruguiaia (dupla nacionalidade)	Empreendedora	Ensino superior
Dália	<i>Centro Social María Inmaculada Claver</i>	Nicaraguense	Cuidadora de idosos	Ensino médio
Gardênia	<i>Claver</i> <i>Sevilla Integra</i> <i>Fundación Persán</i> <i>Cepaim</i> <i>Sepe</i> <i>Cámara del comercio</i>	Venezuelana	Cuidadora de idosos	Ensino superior
Girassol	Universidade	Salvadorenha	Investigadora	Ensino superior
Magnólia	Universidade <i>Cear</i> <i>Escola Alianza por la Solidaridad</i>	Cubana (dupla nacionalidade)	Radialista	Ensino superior
Orquídea	Escola/universidade SAROS	Argentina (dupla nacionalidade)	Investigadora	Ensino superior
Violeta	Universidade <i>Claver</i>	Paraguaia (dupla nacionalidade)	Técnica em migração	Ensino superior

Fonte: a autora.

A Tabela 1 mostra a diversidade das mulheres migrantes quanto aos seus países de origem (10 nacionalidades diferentes); a importância das instituições do Terceiro Setor e Setor Público no acolhimento e formação, visto que somente duas das 12 mulheres não tiveram contato com elas; o fato de a maioria das mulheres ter formação superior, 10 de 12; e estarem alocadas em subempregos, fator preocupante.

Tabela 2

Perfil dos *experts* entrevistados

Pseudônimo	Nacionalidade	Tempo/ Atividade	Formação	Instituição
Ana	Brasileira	23 anos Orientadora laboral	Ensino superior	<i>Fundación Sevilla Acoge</i>
Helena	Espanhola	15 anos Investigadora	Ensino superior	Universidade
José	Peruano	16 anos Advogado	Ensino superior	<i>Claver</i>
Miguel	Espanhol	12 anos Professor (aposentado)	Ensino superior	<i>Fundación Solidaria Candelaria</i>
Patrícia	Peruana	24 anos Orientadora laboral	Ensino superior	<i>Movimiento por la Paz</i>
Pedro	Espanhol	20 anos Animador sociocultural	Ensino médio	Prefeitura

Fonte: a autora.

A Tabela 2 anuncia uma diversidade de países de origem dos *experts*, três nacionalidades em seis sujeitos; uma média de 18 anos de atividade com migração; a preponderância da formação superior, cinco de seis; e a diversidade de instituições que oferecem algum tipo de atendimento e acolhimento às mulheres migrantes, ainda que não exclusivamente.

Em relação à análise das entrevistas, que foram feitas no idioma preferencial das pessoas entrevistadas, ou seja, espanhol ou português, e traduzidas para o português pela pesquisadora, quando necessário. Construíram-se de três categorias: formação de mulheres migrantes para o trabalho, formação de mulheres migrantes para integração e inclusão social, e perspectivas colaborativas.

| Formação de mulheres migrantes para o trabalho

Quando falamos de formação para o trabalho, no caso para o subemprego, temos a realização de projetos, no formato de seminários e oficinas, por exemplo: *Entre compañeras la esperanza se cocina!*; *Mujer migrante y empleo del hogar*; *Formación ocupacional en cuidados*; *Clases de idiomas*, que, como explicitado na Tabela 1, vem sendo o campo ofertado pelo Terceiro Setor às mulheres migrantes. Trata-se de adequação à demanda do mercado de trabalho centrada no nicho laboral serviço doméstico e cuidado de pessoas maiores (Martínez Buján, 2006;

Oso Casas & Martínez, 2008). A constatação dessa afirmação pode ser encontrada nas falas das mulheres migrantes:

E então comecei a fazer cursos de cuidadora de idosos, fiz um curso de culinária espanhola e um curso de empregada doméstica, também fiz um curso de economia doméstica com eles. (Dália, 29, anos, nicaraguense, cuidadora de idosos)

[...] e, nesse meio tempo, fiz alguns cursos com a *Alianza por la Solidaridad*, com a *Asociación de Emisoras Municipales y Comunitaria de Andalucía*, onde trabalho agora. (Magnólia, 44 anos, cubana, locutora)

Após a participação nessas formações, Dália ficou conhecida pelos profissionais do *Centro Social María Inmaculada* e foi indicada para empregos, um deles como cuidadora de pessoas idosas, em que trabalha atualmente. Com a migrante Magnólia aconteceu fato semelhante, pois, tempos depois de participar de formações na *Alianza por la Solidaridad*, acabou por ser contratada. Sendo assim, as instituições do Terceiro Setor aparecem concretizando a procura pelo bem comum (Botero, 2001) e se mostram como mecanismos de articulação, de elo entre os envolvidos no processo (Ferreira, 2009), motivo pelo qual se originaram, mas não sem contribuir para a reprodução do *status quo* por oferecerem, no cerne de seus programas educativos, a formação para o subemprego, na maioria dos casos.

Na voz da *expert* Patrícia, que atua na *Movimiento por la Paz* como orientadora laboral, pode-se verificar o que foi dito anteriormente por Dália:

No nosso caso, como elas são a maioria, organizamos cursos de limpeza e cuidadora de idosos somente para mulheres migrantes. (Patrícia, 49 anos, orientadora laboral)

Entretanto, a condição de ocupação do subemprego vivenciada pelas mulheres migrantes não passa despercebida. Elas se veem em situações de exclusão social em nome da condição migratória (Méndez-Fierros & Hlousek Astudillo, 2023). Gardênia expõe sua crítica:

Digo que mais do que tudo isso, em *Claver*, é a visão da mulher migrante destinada a limpar, como se não tivesse outra opção, que é a parte que mais me choca. Porque é disso que a sociedade espanhola precisa, e as mulheres espanholas não vão assumir essa tarefa. (Gardênia, 45 anos, venezuelana, cuidadora de idosos)

A indignação faz parte da narrativa dessas mulheres que não deixam de fazer críticas ao se sentirem preteridas em relação às mulheres espanholas, ainda que possuam formação e experiência profissional de nível semelhante e/ou superior, pelo simples fato de serem mulheres migrantes. Neste contexto, a cultura política crítica incide no comportamento de indivíduos diante da coletividade e aportam conhecimentos sobre si mesmos e sobre sua realidade (Rodrigues, 2021).

Violeta, mulher migrante que também migrou a princípio por estudo e depois se instalou por amor, narra sua participação ativa em formação ofertada pelo Terceiro Setor:

[...] nos últimos anos eu fiz um seminário, estou me especializando. Estou trabalhando em um treinamento de liderança muito completo no Loyola, é para pessoas das diferentes entidades da Companhia de Jesus. Seria como um curso de treinamento para funcionários em geral, pessoas que têm uma certa responsabilidade. Em nível pessoal, como um projeto, como uma pessoa que acompanha as pessoas migrantes, tenho recebido treinamento em acompanhamento, então fiz um seminário que durou quatro anos [...] (Violeta, 50 anos, paraguaia, técnica em migração)

Por meio desse fragmento, pode-se notar que Violeta se forma e trabalha em um ambiente pertencente ao Terceiro Setor. Coordena atividades para migrantes e, concomitantemente, frequenta cursos de interesse pessoal desde que chegou à Sevilha para formação em solidariedade. Isso materializa o protagonismo e a amplitude de atuação das instituições do Terceiro Setor em prol das pessoas migrantes (Martínez Buján, 2006; Romão, 2010; Denda et al., 2013). Os serviços prestados às pessoas vulneráveis vêm se mostrando cada vez mais qualificados, porém distantes do alcance de atendimento da demanda, do ideal e do necessário.

Em simultâneo, o encontro do emprego em vez do subemprego pode estar atrelado à regularização migratória. O fato de não ter a documentação expõe mulheres migrantes a situações desafiadoras. Calêndula, que não buscou formação em nenhum dos setores investigados, optou por contratar ajuda profissional, mesmo com recurso econômico escasso:

Quando iniciei meus procedimentos legais para obter meus documentos, fiz isso por meio de um advogado. Porque eu também não sabia como fazer isso. (Calêndula, 29 anos, nicaraguense, garçonete)

Por intermédio desse fragmento, pode-se notar que a falta de conhecimento e as barreiras criadas pela burocracia para desenrolar os trâmites legais (Pajares, 2005; Alemán Bracho, 2011) fogem ao controle e à vontade da mulher migrante e, por estarem presentes no cotidiano de suas vidas, acabam por impor, a essa minoria política, prejuízos emocionais, temporais e trabalhistas ocasionados por estarem nessa interseccionalidade que complexifica e desafia a vida das mulheres (Crenshaw, 2019; Collins & Bilge, 2021).

No tocante à formação ofertada pelas instituições do Setor Público, entende-se que segue curso semelhante ao apresentado pelo Terceiro Setor. Na voz do *expert* Pedro, que atua na Prefeitura de *San Juan de Aznalfarache*, em Sevilha, como animador sociocultural no Programa Eracis, nota-se o foco na formação e na indicação de mulheres migrantes ao subemprego:

Aqui, as mulheres que precisam ou querem trabalhar encontram empregos que têm a ver com as áreas femininas, na maioria das vezes limpeza, cuidados [...] (Pedro, 56 anos, animador sociocultural)

A junção desses dois fatores, ou seja, formação e subemprego, pode contribuir com a reprodução do sistema. Assim, perpetua a desigualdade social e o preconceito, como sinalizam Freire (1996) e Rodrigues (2021).

Outro olhar está na história da mulher migrante que vem à Sevilha para estudar, mas que não deixa de enfrentar desafios e se colocar em constantes reflexões e vulnerabilidades. Adelfa, com contrato de trabalho investigativo na universidade, em que concomitantemente se educa e trabalha, comenta:

[...] acho que no doutorado existem pessoas que nascem querendo, mas pra mim não foi assim, sabe? Para mim foi o que me apareceu e eu abracei. E acho que isso também é uma característica migrante, porque as pessoas abraçam o que aparece. (Adelfa, 27 anos, brasileira, pesquisadora)

Adelfa se questiona sobre o que faz na cidade, por que deixou a carreira, a vida que tinha para trás. Essas interrogações compõem a vida da mulher migrante e causam dor migratória, pois o sentimento de não pertencimento à cidade onde está paira sob os seus pensamentos, a faz sentir saudade de “casa”, complica sua integração e inclusão na sociedade (Moreno & Aierdi, 2008; Terrón-Caro et al., 2022a), inclusive por não contar com capital social.

A formação atrelada à empregabilidade adquirida pelas mulheres migrantes por meio de participação em processos seletivos acadêmicos significa usufruir de direitos e não de privilégios como, às vezes, é compreendido pela sociedade em geral, que lança falácias ao caracterizar essa situação como ocupação por pessoas migrantes de espaços pertencentes aos nativos.

Em adição ao exposto, percebe-se que a história profissional das mulheres migrantes é desconsiderada e desqualificada na Europa (Agrela Romero, 2004; Grimson & Jelin, 2006), ora por não terem diplomas homologados, ora por não terem comprovante de sua trajetória profissional. Sabe-se que os motivos para tal situação podem estar atrelados às altas taxas cobradas pelas instituições públicas, o motivo de saída do país, a burocracia exigida e o tempo de duração do processo.

Nunca tentei validar meu diploma de ensino médio para começar algo aqui. Já me interessei, mas acho que daria mais trabalho do que benefício, então desisti. Eu decidi não fazer nada. (Azaléa, 45 anos, brasileira, empreendedora)

Entendo que ser uma mulher migrante é mais difícil, é mais difícil sim. Porque, em primeiro lugar, não ter a capacidade econômica. Em segundo lugar não ter as redes sociais, você se vê sozinha em um país sem a sua família, com três filhos, e o que você faz com isso, não tem redes, não tem apoio. É muito complicado, é muito mais difícil. (Camélia, 52 anos, uruguaia, empreendedora)

Tanto Azaléa quanto Camélia não procuraram instituições para formação e orientação (Tabela 1). Os motivos podem ser de ordem pessoal, como vergonha de procurar ajuda, falta de conhecimento da existência e/ou mesmo por não acharem necessário. Isso pode ter dificultado ainda mais seus processos de formação e, conseqüentemente, de encontrar trabalho.

Frequentar a formação para o trabalho em instituições do Terceiro Setor não garante que se encontre trabalho, mas não frequentar faz com que se distancie ainda mais da possibilidade de empregabilidade, se considerarmos que o certificado obtido por meio das formações, apesar de não ter valor legal, faz a diferença na hora da contratação, pois, se for no nicho laboral apresentado, as

famílias sevilhanas vão solicitar comprovação, assim como a formação ofertada via prefeitura. Contudo, a formação no Setor Público via universidade, de alguma maneira, garante a empregabilidade diante da bolsa de estudo e da formação em si, pois é realizada na Espanha.

| Formação de mulheres migrantes para integração e inclusão social

A formação oferecida pelo Setor Público e Terceiro Setor tem, como um de seus objetivos, atender às demandas das mulheres migrantes. Entre os desafios enfrentados está o idioma que é um dos primeiros entraves na vida da pessoa migrante (Pajares, 2005; Terrón-Caro et al., 2022b). A situação é tão complexa que extrapola a questão de ser a mesma língua. Em Sevilha, a maioria das mulheres migrantes entrevistadas tem, como língua nativa, o espanhol, mas a comunicação não flui de maneira tão simples como parece ser. Termos, sentidos, expressões verbais e corporais e o tom de voz próprio dos sevilhanos complicam a comunicação. Essa colocação pode ser mais bem entendida com a fala da mulher migrante sobre:

[...] eles me chamarem de *illo*, e eu não tinha ideia de que era *chiquillo* [...] chamam-me de tia, que para mim é seu parente. Há coisas relacionadas ao sotaque, obviamente, mas acho que tive dificuldade de não entender palavras, expressões ou de não conseguir ler a situação [...] (Orquídea, 23 anos, argentina, investigadora)

Orquídea, que não frequentou curso de espanhol por ser nativa da língua, assim como outras 10 mulheres entrevistadas, decidiu aprender na rotina do dia a dia, dialogando com espanhóis, resolvendo questões migratórias. Dessa forma, foi acumulando repertório e assimilando a comunicação singular dos sevilhanos, mas não sem vivenciar situações constrangedoras.

Assim, quando falamos de formação para habitar a cidade e se comunicar, estamos nos referindo ao campo da educação não formal, majoritariamente oferecida pelo Terceiro Setor. Desse modo, torna-se importante ressaltar a importância dos cursos ofertados pelas instituições de ambos os setores.

Em consonância, Miguel, professor, *expert*, há mais de 12 anos formando migrantes, defende que o ensino do idioma é a principal forma de acolher bem quem chega, por isso, a *Fundación Solidaridad Candelaria* oferta o programa *Proyecto Bienvenido*, que atua em três frentes em que incluem o curso de língua e cultura espanhola como uma das ações realizadas:

Porque conhecer o idioma é fundamental quando você sai de sua terra natal em busca de novas oportunidades. (Miguel, 65 anos, professor)

O ensino do idioma é considerado uma forma de incluir a mulher migrante na sociedade (Pajares, 2005; Alemán Bracho, 2011), uma vez que essa mulher não falar o espanhol e/ou precisar de aprimoramento da comunicação por desconhecer termos e expressões locais consolida a necessidade de cursos nessa área. O

domínio da língua abre portas para o emprego, para a formação e, conseqüentemente, para a integração e inclusão social.

Outra estratégia de integração e inclusão desenvolvida pelas instituições são as atividades de lazer para conhecer os pontos turísticos e/ou a história local cultural e das redondezas, ofertadas pelas instituições do Terceiro Setor: *Asociación Claver*, com o *Proyecto Mujeres Transformadoras*; *Fundación Solidaridad Candelaria*, com o *Proyecto Bienvenido*, entre outras; e do Setor Público via prefeitura, por meio do Eracis. Essas ações podem favorecer o reconhecimento do espaço geográfico e urbanístico da cidade, além de aproximar as pessoas locais, conforme evidenciam as entrevistas realizadas com Azahar e Bouganvilla, mulheres migrantes que vivem em Sevilha e que comentam sobre a importância de interagir nesses espaços:

[...] participo de atividades de ONGs, como visitas a locais emblemáticos; por exemplo, amanhã, sexta-feira, é uma visita preliminar à Semana Santa e visitaremos esses locais em família. São lugares onde encontramos diferentes famílias, de diferentes nacionalidades [...] (Azahar, 42 anos, colombiana, desempregada)

Então comecei a conhecer a cidade, e, com esse Bonobús, comecei a utilizar com meu filho para conhecer a cidade. A não ficar em um apartamento pequeno, apertado. Comecei a conhecer e a dizer a mim mesma: se estou aqui é por algo bom e comecei a conhecer as empresas, me encantar com a cidade. Tem que ver o lado bom da vida. (Bouganvilla, 39 anos, hondurenha, faxineira)

Apresentar a cidade, contar sua história, ou seja, propiciar à mulher migrante a possibilidade de se localizar, saber onde está, qual é a cultura, o comportamento, a gastronomia local é um programa planejado e executado pelas instituições que buscam propiciar momentos de integração (Moreno & Aierdi, 2008; Terrón-Caro et al., 2022b), seja por iniciativa do Terceiro Setor ou do Setor Público, como é o caso de Bouganvilla, que participa do programa social *Bonobús* ofertado pela prefeitura de Sevilha. O recebimento dessa ajuda financeira proporcionou a ela e ao filho acesso ao lazer, à cultura, a possibilidade de busca emprego e formação, melhor conhecimento da cidade e sonhar com uma vida melhor.

Outro aspecto de relevância observado vinculado à integração e à inclusão social é a presença do mediador cultural que compõe o Programa *Mediación Intercultural* da *Fundación Sevilla Acoge*, nos bairros de grande concentração de pessoas migrantes. Ana, orientadora laboral, *expert* que trabalha na *Fundación Sevilla Acoge*, descreve a atuação formadora dessa figura:

E a gente tem a figura do mediador que vai lá ao edifício e faz a mediação com os vizinhos. Olha, essa pessoa chegou, ela está aqui, ela no mês do Ramadã, vai comer de noite, vai fazer mais barulho, usa o véu porque é assim que a religião diz. Então, a figura do mediador está tendo bastante saída ultimamente, bastante demanda devido a esses conflitos. (Ana, 46 anos, orientadora laboral)

Além da atuação das instituições como essas, que vêm contribuindo de forma significativa e importante para o bem-estar, executam campanhas e eventos nas

ruas da cidade, considerados atividades externas, com o intuito de mobilizar a sociedade sevilhana em prol do bem comum (Alemán Bracho, 2011). Nelas, trabalham temáticas culturais relacionadas aos países das mulheres migrantes, assim como debates de pautas das minorias políticas, entre elas, gênero. A ONG *Movimiento Por La Paz*, por exemplo, realiza, em parceria com a Prefeitura de Sevilha, o Projeto *Con-enfoque: Miradas emocionales, creativas, críticas humanistas para la transformación social*, no entorno escolar e comunitário. Assim, é possível evitar situações conflituosas e apresentar as pessoas migrantes da forma como realmente são, por meio da cultura, da diversidade e da identidade (Matos-de-Souza et al., 2022).

| Perspectivas colaborativas

A ajuda mútua compõe o cenário de vida das mulheres migrantes na cidade de Sevilha, principalmente quando estão conectadas via atividades de formação ofertadas pelas instituições. Por meio de grupos no *WhatsApp*, trocam informações de ofertas de emprego, e atuam como voluntárias nas instituições. Em contrapartida, as próprias instituições propiciam parcerias entre as mulheres migrantes, entre instituições, o que vem contribuindo para a integração e inclusão social. Dália, mulher migrante declara:

Bem, quando eles fazem as oficinas, conversam um pouco conosco sobre nossos direitos e deveres, sobre a maneira como vivemos aqui. E quando terminamos, fazemos perguntas para saber um pouco mais. E o mais bonito é que, no final, todos nós contamos nossas histórias de vida juntos, contamos nosso processo e depois damos informações uns aos outros e aprendemos uns com os outros. (Dália, 29 anos, nicaraguense, cuidadora de idosos)

A boniteza está na cumplicidade e na representatividade nos momentos de formação que se tornam também momentos de escuta, de troca, de apoio, de se reconhecer no outro e sentir que não estão sozinhas na condição migratória. É saber que outras mulheres passam e vivem situações semelhantes. A feitura do fazer coletivo atrai, conecta e gera pertencimento.

Além de participarem ativamente por meio de sugestões, as instituições que são ponto de apoio e acolhida às mulheres migrantes também são responsáveis por coordenar políticas migratórias junto ao Setor Público. Conforme coloca Terrón-Caro et al. (2022b), a questão de gênero vem ganhando espaço nas políticas migratórias.

José, advogado, *expert* da *Asociación Claver*, narra a participação ativa nessa construção coletiva entre setores que se tornou uma contribuição de grande valia às mulheres migrantes e, conseqüentemente, a sociedade:

A *Plataforma de Empleo del Hogar*, modestamente, nós fomos os iniciadores [...]. Um projeto que, na época, apresentamos à *Junta de Andalucía* e que se consolidou como um espaço de coordenação, conscientização e denúncia à sociedade dos direitos das mulheres de origem migrante, como trabalhadoras domésticas. (José, 53 anos, técnico em migração/advogado)

Embora as condições de acolhimento e atuação sejam limitadas, as instituições buscam estratégias para solucionar problemas. A perspectiva colaborativa se apresenta como uma dessas estratégias (Alenius, 2016; Albuquerque, 2021), que não só contribui para a qualidade de vida da mulher migrante como também para a atuação qualificada das instituições. As instituições do Terceiro Setor se tornaram interlocutoras e parceiras das políticas públicas ao participarem da implementação da *Plataforma Empleo de Hogar*, de Sevilha, que contribui para a proteção dos direitos trabalhistas das mulheres migrantes e atua de forma coletiva em investigações sobre migração.

Essa Plataforma é utilizada por ambos os setores, pois é resultado de debates, diálogos e tomadas de decisões coletivas em prol da tentativa de garantia de vida digna a essas mulheres. Nela, é possível fazer consultas sobre tabelas salariais, direitos trabalhistas, entre outros. Assim, concretizam a importância do trabalho realizado na perspectiva colaborativa ao escutar as vozes da representatividade e implementar, em sintonia, o debate na academia.

Outra perspectiva colaborativa encontrada em Sevilha é o Programa de Doutorado em Estudos Migratórios realizado em parceria entre universidades espanholas. Helena, investigadora, *expert* da Universidade Pablo de Olavide, descreve brevemente sua atuação:

Eu coordeno um Programa de Doutorado em Estudos Migratórios que é um programa interdisciplinar com a Universidade de Granada, a Universidade de Jaén e a Universidade Pablo Olavide, que aborda o fenômeno migratório desde a literatura, as ciências sociais, o direito etc., e a maioria dos estudantes são mulheres e migrantes. (Helena, 52 anos, professora universitária)

A existência de programas educativos em educação superior centrada no pilar colaborativo pode indicar a criação de uma rede de investigadores que dialogam em sintonia (Freire, 1996), em torno da temática. Desse modo, com essa presença feminina em maior quantidade, pode-se, de alguma maneira, contar com a representatividade na garantia de espaço e tempo para o debate sobre gênero e migração. A consideração dessa interseccionalidade retrata um processo de descobrimento que mostra a realidade mais complexa e contraditória do que parece. Então, é uma sensibilidade analítica (Crenshaw, 2019), uma forma de pensar sobre as similitudes e as diferenças que estão conectadas com o poder para redirecionar ações. Dito isso, pode propiciar melhores políticas públicas que contemplem a consideração da diáde mulher migrante.

Considerando o exposto acima, a atuação na perspectiva colaborativa indica que, quando se pensa coletivamente e se escuta a representatividade em momentos e espaços apropriados para a elaboração de políticas públicas, é possível enxergar a diminuição da distância entre as necessidades das mulheres migrantes e as leis. No entanto, é necessário reconhecer as dificuldades enfrentadas, principalmente pelo Terceiro Setor, que se tornou o interlocutor entre Estado e minorias políticas, para planejar e executar os programas tendo em vista a escassez de recursos materiais e humanos, e a amplitude dos serviços prestados, que limitam o atendimento às mulheres migrantes.

| Conclusões

Na procura de discutir acerca dos programas educativos do Setor Público e Terceiro Setor voltados à formação da mulher migrante a partir das vozes dessas mulheres e *experts* de/em Sevilha, é possível constatar que o apoio na busca de acesso ao conhecimento, integração e inclusão em/na sociedade passa pelos programas das instituições, que têm como destaque o Terceiro Setor, que se articula ao Setor Público por meio do desenvolvimento dos programas na perspectiva colaborativa. Concomitantemente, se apresentam como espaços de acolhimento e intercâmbio, e se tornam elo entre envolvidos, mas não sem enfrentamento de desafios.

As vozes das mulheres migrantes e *experts* acerca da formação oferecida pelos programas educativos do Setor Público e Terceiro Setor são variadas e oferecem oportunidades de formação que incluem: formação de mulheres migrantes para o trabalho (sem garantia de empregabilidade, mas com mais abrangência de possibilidades), formação de mulheres migrantes para integração e inclusão social (idioma, lazer, presença do mediador cultural) e perspectivas colaborativas (conexão de mulheres migrantes via atividades de formação ofertadas pelas instituições, ajuda mútua entre mulheres migrantes e instituições, cumplicidade e representatividade nos momentos de formação).

De maneira semelhante, a universidade vem atuando na perspectiva colaborativa entre universidades locais e de cidades vizinhas em prol de contribuir para o debate da temática migração por meio do programa Estudos Migratórios que atende a pessoas pertencentes a distintos grupos, nacionalidades.

Nessa perspectiva, o acesso de mulheres migrantes ao trabalho está inclinado ao subemprego para atender às demandas da sociedade, representado, majoritariamente, pela atuação no nicho laboral cuidados de pessoas idosas e serviços domésticos, que se prestam a essa condição em nome da sobrevivência, apesar da formação superior, e que são afazeres rejeitados pelas mulheres nativas devido às condições impostas. Em outros termos, ocorre a violação de direitos e exposição à vulnerabilidade provocadas por estarem na interseccionalidade gênero e migração, entre outras. Essa situação não passa despercebida tanto por parte das mulheres migrantes quanto por parte dos *experts*, pois ambos criticam a estrutura organizacional das formações que utilizam estratégias de subalternização das pessoas migrantes, que, de certa maneira, impactam potencialmente os percursos educativos das mulheres.

A exceção encontrada quanto o acesso à educação, nesta investigação, sem causar nenhuma surpresa, se trata da formação oferecida pela universidade pertencente ao Setor Público que, por natureza, possui um caráter acadêmico, intelectual, posto que a prefeitura repete a linha de atuação semelhante das instituições do Terceiro Setor, ou seja, reproduzem o *status quo*. Contudo, a mulher migrante universitária latino-americana não deixa de sofrer preconceitos e enfrentar desafios, por exemplo, ao ser considerada ignorante, sem ter condições

de contribuir para o debate científico, pois, a todo momento, precisa provar sua capacidade e se sente exigida em relação às mulheres nativas.

A burocracia dos trâmites legais, as taxas de homologação, a demora processual, o idioma (comunicação) causam incertezas e inseguranças nas mulheres migrantes, o que provoca dor migratória e dificulta a integração e inclusão na/em sociedade. Esses são, entre tantos outros, os desafios enfrentados na rotina do aprender a ser migrante, condição inerente a quem decide trilhar o caminho migratório, seja por vontade própria ou imposição do contexto vivenciado. Isso indica a urgência de alteração na elaboração e execução de políticas públicas e programas desenvolvidos pelo Terceiro Setor e pelo Setor Público, que possuem, em seu dever laboral, proteção, cuidado, para que o movimento realizado em direção aos que chegam seja de acolhimento.

Finalmente, como limitação e perspectiva do estudo, aponta-se para a exploração da formação externa oferecida por meio de campanhas e eventos que possuem, em sua estrutura, a sensibilização para propiciar reflexão mútua e, conseqüentemente, provocar mudança de comportamentos de ambas as partes. Essas atividades são desenvolvidas em espaços públicos, como escolas e ruas, especificamente em virtude de seu potencial mobilizador por envolver mulheres migrantes e sociedade, o que pode afetar de maneira substancial ambos os grupos e proporcionar integração e inclusão social.

| Referências

- Agrela Romero, B. (2004). La acción social y las mujeres inmigrantes ¿hacia unos modelos de intervención? *Portularia*, 4, 31-42.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=860404>
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Albuquerque, A. C. C. de. (2021). *Terceiro Setor: história e gestão de organizações* (1.ed.). Summus.
- Alemán Bracho, C. (2011). Inmigración y servicios sociales. *Papers: Revista de Sociología*, 96(3), 825-852.
<https://raco.cat/index.php/Papers/article/view/244994/328150>
- Alenius, P. (2016). Informal learning processes of migrants in the civil society: a transnational perspective. *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 7(1), 41-55. <https://doi.org/10.25656/01.12013>
- Almeida, V. (2011). *As instituições particulares de solidariedade social. Governação e Terceiro Setor*. Almedina.
- Almeida, LD. (2010). Suscetibilidade: novo sentido para a vulnerabilidade. *Bioét*, 18, 537-548. https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/582
- Botero, O. L. T. (2001). *El estado de la investigación sobre el tercer sector y la sociedad civil en América latina y caribe*. Documento de la Red Latinoamericana y del Caribe de la Sociedad Internacional del Tercer Sector (ISTR).
- Castellanos Claramunt, J. (2019). Participación ciudadana e inmigración: consideraciones políticas y jurídicas. *Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho*, 41. <https://doi.org/10.7203/CEFD.41.15445>
- Connelly, F. M., & Clandinin, D. J. (1990). Stories of experience and narrative inquiry. *Educational Researcher*, 19(5).
<https://doi.org/10.3102/0013189X019005002>
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Intersectionality*. Polity Press.
- Crenshaw, K. (2019). Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista. Em M. M. Baptista, & F. de Castro (Org.). *Género y rendimiento: textos esenciales 2* (pp. 53-94). Gracío Editor.
<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/27705/1/GECE-Vol2.pdf>
- Cristóvam, J. S. da S., Costa, M. S., & Moraes, A. B. de. (2019). Responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de atividades do terceiro setor. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, 19 (76), 105-123.
<http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1108>
- Denda, E. M., Rossi, S. L. & Plano, M. A. (2013). *El tercer sector, ¿es el tercero en Argentina?: organizaciones, integrantes y poblaciones objetivo*. Universidad Nacional de La Plata.
- Ferreira, S. (2009). A invenção estratégica do terceiro setor como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 169-192. <https://doi.org/10.4000/rccs.422>
- Ferreira, S. (2012). Observando a indecidibilidade da participação do terceiro setor na governação em rede. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 97, 107-132.
<https://journals.openedition.org/rccs/4955?lang=en>
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Grimson, A., & Jelin, E. (comp.). (2006). *Migraciones regionales hacia la Argentina: diferencia, desigualdad y derechos*. Prometeo.
- Hiroko, K., Heather, R., Vera, C., & Clandinin, D. J. (2022). Understanding social inclusion: a narrative inquiry into the experiences of refugee families with


- young children, *International Journal of Early Years Education*, 30(2), 184-198. <https://doi.org/10.1080/09669760.2021.1998885>
- Lane, J. (2000). *The Public Sector: concepts, models and approaches*. Sage.
- Martínez Buján, R. (2006). El cuidado de ancianos: un nicho laboral para mujeres inmigrantes y un reto de gestión para las entidades del tercer Sector. *Revista Española del Tercer Sector*, 4, 99-128. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2376667>
- Matos-de-Souza, R., Rodrigues, M. dos R., & Barbosa de Moura, E. M. (2022). Migração e educação: a invisibilização do migrante nos documentos curriculares da região nordeste do Brasil. *Revista de Educação Pública*, 31, 1-21. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12671>
- Méndez-Fierros, H. & Hlousek Astudillo, R. (2023). Representaciones sociales de racismo y exclusión social. Migraciones haitianas contemporáneas en América Latina. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 31(67), 161-76. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006710>
- Montaño, C. (2002). *O Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. Cortez
- Moreno, G., & Aierdi, X. (2008). Inmigración y Servicios Sociales: ¿Última red o primer trampolín? *Zerbitzuan*, 44, 7-18. https://www.researchgate.net/publication/28311287_Inmigracion_y_servicios_sociales_ultima_red_o_primer_trampoline
- Organização Internacional para as Migrações (OIM). (2019). *Glossário sobre migrações*. <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml-34-glossary-es.pdf>
- Oso Casas, L., & Martínez, R. (2008). Domésticas y cuidadoras: mujeres inmigrantes latinoamericanas y mercado de trabajo en España. *L'Ordinaire des Amériques*, 208-209, 143-161. <https://journals.openedition.org/orda/3295>
- Pajares, M. (2005). *La integración ciudadana: una perspectiva para la inmigración*. Icaria.
- Rodrigues, M. dos R. (2021). *Cultura política e emancipação: saberes construídos pelos movimentos sociais*. Dialética.
- Romão, J. E. (2010). Movimentos sociais, Ongs e Terceiro Setor. *Educação & Linguagem*, 13(21), 18-34. <https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v13n21p18-34>
- Romens, A-I. (2021). Disentangling interlocking regimes in the biographies of migrant mothers with tertiary education, *European Journal of Cultural and Political Sociology*, 8(4), 402-426. <https://doi.org/10.1080/23254823.2021.1987949>
- Schiocchet, L. (2017). O encontro euro-médio oriental. Uma proposta de programa de pesquisa. *Opinião, Novos Debates*, 3(1-2), 78-84. <https://doi.org/10.48006/2358-0097-3113>
- Sfard, A., & Prusak, A. (2005). Telling identities: in search of an analytic tool for investigating learning as a culturally shaped activity. *Pesquisador Educacional*, 34(4), 14-22. <http://doi.org/10.3102/0013189X034004014>
- Tejedor Bielsa, J. (2022). Concepto y estructura general del sector público aragonés. *Monografías de la Revista Aragonesa de Administración Pública*, 35-76. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8514294>
- Terrón-Caro, T., Cárdenas-Rodríguez, R., Ortega-de-Mora, F., Aleksic, K., Bergano, S., Biligha, P., Chiappelli, T., Di Grigoli, A. R., Díaz, R., Fouskas, T., Frelih, M., Giron, T., Guo, W., Koulierakis, G., Lapov, Z., Lyberopoulou, L., Mancaniello, M. R., Martins, C., Moreira, B., & Selim, M. (2022a). *Ebook de recomendaciones políticas: migraciones, género e inclusión desde una perspectiva internacional*. Voces de Mujeres Inmigrantes. https://doi.org/10.46661/rio.20220727_1

Terrón-Caro, T., Cárdenas-Rodríguez, R., Aleksic, K., Bajt, V., Bergano, S., Biligha, P., Chiappelli, T., Di Grigoli, A. R., Fouskas, T., Frelih, M., Giron, T., Guo, W., Lapov, Z., Lyberopoulou, L., Macias Gómez-Esther, B., Mancaniello, M. R., Martins, C., Moreira, B., Ortega-de-Mora, F., & Selim, M. (2022b). *Migraciones, género e inclusión en el contexto europeo: un enfoque interdisciplinar*. E-Learning Package. Voices of Immigrant Women. <http://hdl.handle.net/10433/14222>

Sobre os autores

Maria dos Remédios Rodrigues

Universidad de Sevilla, Sevilla, ES, Espanha

 <https://orcid.org/0000-0003-3770-6579>

Doutora em educação pela Universidade de Sevilha (2023). Professora Formadora da Subsecretaria de Formação dos Profissionais da Educação do Distrito Federal. Integrante do grupo de pesquisa Rede Experiência, Narrativas e Pedagogias da Resistência (REDEExp) e do grupo Narrativas Migrantes: formação, identidade e reinvenção de si. E-mail: mariarigues@gmail.com

Resumen

El objetivo de este artículo fue debatir sobre los programas educativos de las instituciones dirigidos a la formación de mujeres migrantes, a partir de las voces de mujeres migrantes y de expertos en Sevilla. Desde una perspectiva cualitativa, se realizaron 18 entrevistas. Los datos fueron sometidos a interpretación hermenéutica y discutidos desde un análisis interseccional que considera diferentes ejes de desigualdad. Los resultados muestran que los programas educativos ofrecen formación y acogida, pero se centran en la formación vinculada a ocupaciones estigmatizadas de subempleo, con algunas excepciones. Al mismo tiempo, se presentan como espacios de integración, inclusión e intercambio.

Palabras clave: Programas educativos. Mujeres migrantes. Educación no formal.

Abstract

The objective of this article was to discuss the educational programs of institutions aimed at training migrant women, based on the voices of migrant women and experts in Seville. From a qualitative perspective, 18 interviews were conducted. The data were subjected to hermeneutic interpretation and discussed from an intersectional analysis that considers different axes of inequality. The results show that educational programs offer training and reception but focus on training linked to occupations stigmatized as underemployment, with some exceptions. At the same time, they are presented as spaces for integration, inclusion, and exchange.

Keywords: Educational programs. Migrant women. Non-formal education.

Linhas Críticas | Periódico científico da Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília, Brasil
ISSN eletrônico: 1981-0431 | ISSN: 1516-4896
<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas>



Referência completa (APA): Rodrigues, M. dos R. (2024). Vozes de
mulheres migrantes e *experts* sobre programas educativos na Espanha.
Linhas Críticas, 30. <https://doi.org/10.26512/lc30202451101>

Referência completa (ABNT): RODRIGUES, M. dos R. Vozes de
mulheres migrantes e *experts* sobre programas educativos na Espanha.
Linhas Críticas, 30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc30202451101>



Link alternativo: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/51101>

Todas as informações e opiniões deste manuscrito são de responsabilidade exclusiva do(s) seu(s)
autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista *Linhas Críticas*, de seus editores, ou
da Universidade de Brasília.

Os autores são os detentores dos direitos autorais deste manuscrito, com o direito de primeira
publicação reservado à revista *Linhas Críticas*, que o distribui em acesso aberto sob os termos e
condições da licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0):
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>